

Um conto de Natal



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras

Dona Carlota vivia a sua vida de um século num velho sobradão de azulejos coloniais, em São Luís do Maranhão, envolta na solidão e nos mistérios de sua velhice final. Dali viu saírem em cortejo fúnebre os corpos dos pais; em seguida, o do marido e, depois, da filha única, que lhe contrariou o desejo de morrer primeiro, para não ficar sozinha. Os netos perderam-se nos caminhos do mundo e a abandonaram naquela morada, de onde nunca mais saiu. Só lhe restou o velho sobrado de três andares, onde havia tempo a grande família vivia, folgadoamente, importando roupas e vinhos da Europa. Sua linhagem era a dos tradicionais comerciantes de algodão, no Maranhão das “soirées blanches”, do século 19.

Dona Carlota era uma sobrevivente daqueles tempos. Recusara-se a morrer. Com os anos, foi perdendo o corpo e as posses. Primeiro, os cabelos pretos e a beleza; depois as joias, a prataria e, mais adiante, as louças, os serviços da Índia,

os quadros, os conjuntos de palhinha D. João V, os lustres e aparadores de cristal. Os salões foram ficando vazios, vazias as paredes, vazia a sala de jantar; o teto arriando, as telhas caindo, os forros despedaçados, as portas apodrecidas, aldrabas enferrujadas, janelas com vidros partidos, que não fechavam. Havia em tudo um cheiro de mofo e um ar de abandono. Dona Carlota confinou-se no velho quarto, com seus gatos e fantasmas. Comprou o que comer, durante muitos anos, com a venda dos seus pertences. Agora, vivia da caridade dos vizinhos, que sempre lhe deixavam no corredor um prato de comida.

Com o tempo e os invernos de tempestades, o sobradão começou a desmoronar: perigo para a moradora. O corpo de bombeiros interditou o imóvel, mas Dona Carlota se recusava a sair. A cidade acompanhava o seu drama. Seu mundo era o sobradão e seus gatos. E os fantasmas, que chegavam com os ventos da noite.

Certa vez, num Natal, perto da hora da Missa do Galo, mendigos, que se refugiavam na parte térrea do seu sobradão sem portas, encontraram no lixo uma caixa de sapatos vazia e resolveram fazer uma brincadeira de mau gosto com a Dona Carlota: iam levar a caixa vazia como se fosse um presente de Natal para a velha senhora de cabelos brancos e desgrenhados, que vivia escondida e de quem, vez ou outra, roubavam a comida. Fizeram um tosco pacote, enrolado

com papel de embrulho, também achado na lixeira. E, sob a meia-luz que se formava a partir da rua, numa sombria diversão, subiram a escada de tábuas quebradas, com o corrímão coberto de excrementos de morcegos. Subiram trôpegos os degraus e chegaram ao antes grande e aristocrático salão dos banquetes, agora reduzido a lixo e abandono, teias de aranha, poeira e podridão.

— Dona Carlota, trouxemos um presente de Natal para a senhora — disseram três vezes, cada um por seu turno.

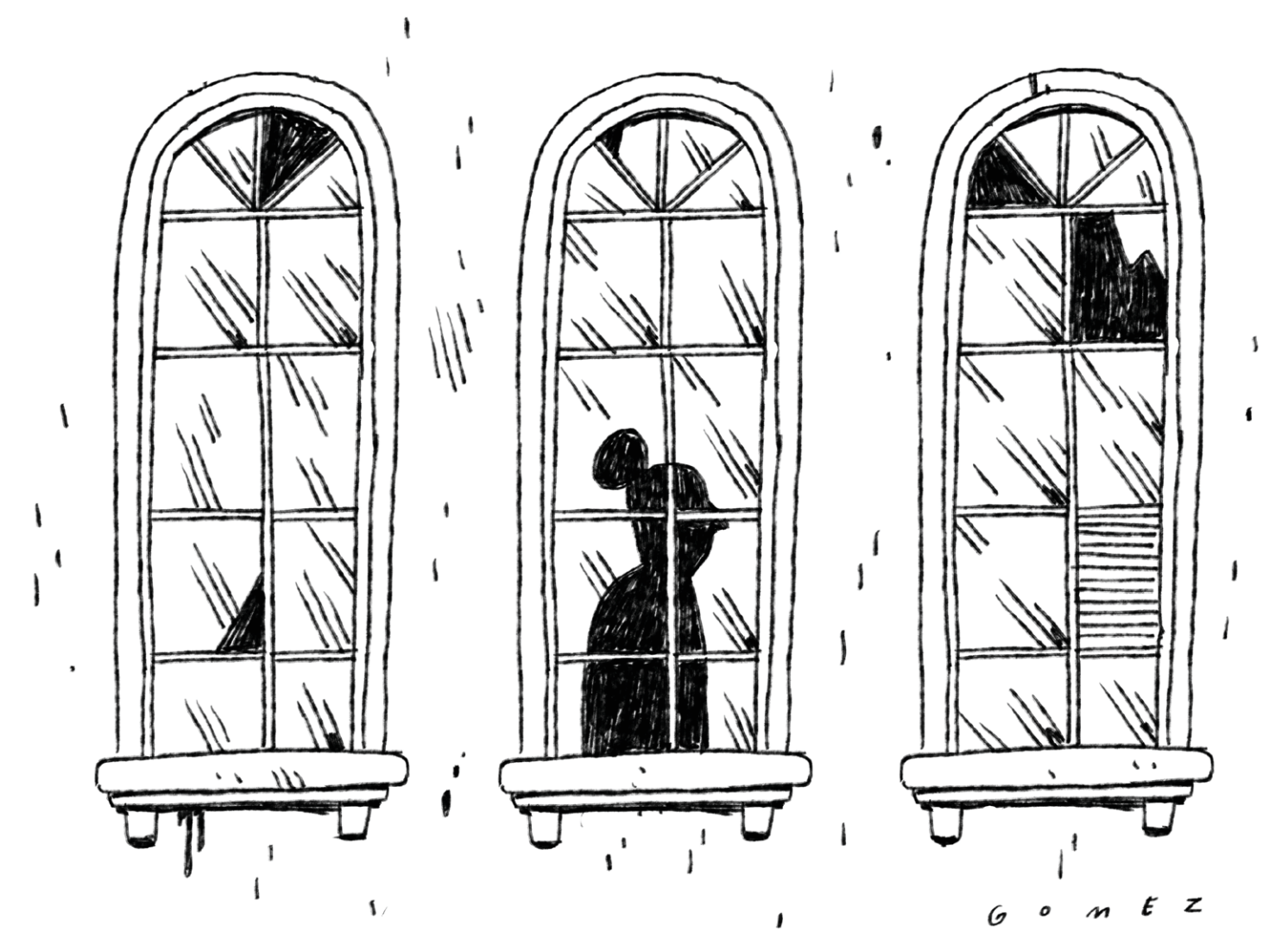
Ela, que há tantos anos não recebia um gesto de amor, que do Natal só conhecia a solidão, aproximou-se deles, lamparina à mão. Olhou-os com benevolência, mas nada falou. Recebeu a caixa, desamarrou o cordão, retirou o papel que a envolvia, e a sua face se iluminou. Os olhos brilhavam, e o rosto exprimia um sorriso de grande felicidade.

Os mendigos, estranhando a sua reação, lhe perguntaram:

— O que a senhora ganhou, Dona Carlota? A velha senhora, olhando o interior da caixa vazia, onde via a coisa mais bela do mundo, respondeu-lhes:

— Um beijo de São José e Nossa Senhora, que vieram passar o Natal comigo.

Os sinos da Igreja do Convento do Carmo tocaram em Aleluias.



Obrigado, Odette Ernest Dias



» SILVESTRE GORGULHO
Jornalista, foi secretário de Estado de Comunicação e de Cultura de Brasília

A frustração de não ser músico me fez um chorão de primeira. Sinceramente, me sinto como o Geraldo Dias e o Paulo Romano, que também não são músicos, mas ajudaram a plantar o chorinho em Brasília, com a força musical e a competência artística da nossa eterna flautista Odette Ernest Dias.

Vale lembrar: foi em 1974, quando Odette Ernest Dias, mulher de Geraldo Dias, chegou a Brasília para ser professora da UnB, que o chorinho floresceu na capital da República.

O chorinho havia brotado, anos antes, na arte de João Tomé, Coqueiro, Avena de Castro e Celso Alves da Cruz. A partir das aulas na UnB, Odette Ernest Dias atraíu e congregou, em torno de si, vários músicos. Além do próprio Waldir Azevedo, outros como Celso Cruz, Bide da Flauta, Hamilton Costa, Nivaldo da Flauta, Pernambuco do Pandeiro, Lício da Flauta e Miudinho. A eles se juntaram músicos originários de outras regiões residentes na cidade, como Avena de Castro, Edgardo, Cicinato, Evandro Barcellos, Eli do Cavaco, Alencar Sete Cordas, Valério Xavier, Luizinho do Sax, Aquino da Clarineta, Dolores Tomé, Tio João do Trombone, Reco do Bandolim, Valdeci e o cavaquinista Francisco de Assis, o Doutor Sax.

Todos passaram a frequentar as rodas de choro no apartamento de Geraldo e Odette, na 311 Sul. Geraldo era anfitrião das cervejas e tira-gostos. Odette anfitriã da arte, da cultura e da coordenação musical. Era como uma aula prática fora da UnB.

E o tempo passou... e o apartamento de Odette ficou pequeno... e mais gente buscava uma forma de participar dos encontros. O

grupo achou por bem ter casa própria e até fazer shows com a cobrança de ingressos. O movimento pedia uma solução. E ela veio de forma transversa. Antônio Lício, economista e flautista das horas vagas, era assessor do então secretário-geral do Ministério da Agricultura, Paulo Afonso Romano. Admirador da boa música e por sugestão de Lício, Paulo Romano pediu um encontro com o governador Elmo Serejo, no Palácio do Buriti.

Bom baiano, Elmo Serejo recebeu o grupo de músicos com o maior entusiasmo. E abriu a conversa:

No que posso atendê-los?

Odette Ernest Dias, mais uma vez, deu o tom maior:

— Governador, queremos um terreno para fazer um galpão onde os chorões de Brasília possam se apresentar. É importante para nós músicos e será um ganho para a cidade.

— Terreno? E se eu arrumasse um local já construído que precisasse apenas de uma boa reforma, pois está abandonado desde que a Funarte o dispensou.

— Maravilha! Podemos ver?

— Agora! Vejam e voltem com a resposta. Mas lembrem-se: só posso ceder o espaço se vocês criarem uma entidade cultural.

E assim, por volta de 17 horas, o grupo se dirigiu ao local indicado, levado pelo clarinetista Valci Barbosa, assessor do governador. Era uma sala redonda, no subsolo do Centro de Convenções, que seria usada para exposições da Funarte, recém-criada pelo ministro Ney Braga, da Educação.

Valci voltou ao Buriti com a resposta positiva. E o grupo saiu atrás da burocracia para criar a entidade. Enquanto corria a reforma do espaço, o grupo passou a se reunir no bar Xereta, da 314 Sul.

Assim, em 9 de setembro de 1977, nasceu o Clube do Choro. O primeiro presidente estava no grupo: Avena de Castro. Vale lembrar que o local era pequeno, úmido e até mesmo inadequado, mas acolheu muito bem os chorões por

30 anos. Nesse tempo, a força do conteúdo, o prestígio dos músicos e a pujança cultural do projeto fizeram o Choro de Brasília reverberar pelo Brasil e mundo afora.

Em 30 de setembro de 2006, um dia antes do primeiro turno das eleições, por sugestão do então presidente do Clube do Choro, Reco do Bandolim, reuni na minha casa, na QI 5 do Lago Sul, 151 músicos ligados ao Clube do Choro, à UnB e à Escola de Música de Brasília. Da reunião participaram o candidato a governador de Brasília José Roberto Arruda, o maestro Júlio Medaglia, os arquitetos Carlos Magalhães da Silveira e Fernando Andrade, ambos do escritório de Oscar Niemeyer.

No encontro, Reco e Fernando Andrade apresentaram a maquete do novo Clube do Choro e da Escola de Choro Raphael Rabello. Naquela noite, colocou-se sobre a mesa um sonho e uma promessa: caso Arruda se elegesse, no primeiro dia de governo ele iniciaria com as formalidades burocráticas para a construção do projeto de Oscar Niemeyer.

Arruda eleito, fui ser o secretário de Estado da Cultura de Brasília. Coloquei todo meu esforço para cumprir a promessa. Cumprimos! Construímos um novo Clube do Choro, que é composto pela Escola Raphael Rabello (hoje com cerca de 1.200 alunos) e um anfiteatro para 470 lugares.

Tomei outras duas decisões fundamentais para a sustentabilidade do projeto: providenciei o Tombamento do Clube do Choro e, com o apoio do então procurador-geral do DF, Marcelo Galvão, passamos o complexo musical para o próprio Clube do Choro administrar.

A construção de Brasília teve o ritmo e o compasso da seresta e do rock. E foi no ritmo da música que os trabalhadores pioneiros fletaram com o amanhã.

Obrigado, JK, por ter plantado Brasília e por tê-la legado com a seresta de Dilermando Reis, Sílvio Caldas e a Sinfonia de Vinícius de Moraes e Tom Jobim.

Obrigado, Odette Ernest Dias. Você fez do choro um clube universal.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O dilema da sustentabilidade econômica

A discussão sobre a redução da jornada de trabalho, com o fim da escala 6x1 sem diminuição de salários, somada à proposta de tarifa zero nos transportes públicos, surge no debate nacional como bandeira política sedutora, especialmente em um contexto eleitoral. Segundo o atual governo e sua base de apoio, tais medidas atenderiam a uma “demanda popular” reprimida e representariam um avanço civilizatório. No entanto, quando essas propostas são analisadas à luz da realidade fiscal, demográfica e produtiva do Brasil, o que se revela é um quadro de alto risco econômico e social, com potencial para comprometer o futuro do país.

O ponto de partida dessa análise precisa ser objetivo: o Brasil não é um país rico sem trabalho. Apesar de seu tamanho continental, de seus recursos naturais abundantes e de sua população numerosa, a produtividade média do trabalhador brasileiro permanece baixa quando comparada a economias desenvolvidas e até mesmo a vários países emergentes. A renda per capita brasileira oscila em torno de US\$ 10 mil anuais, enquanto países que adotam jornadas menores e ampla rede de bem-estar social apresentam rendas per capita duas, três ou quatro vezes maiores.

Esse dado isolado já deveria impor cautela a qualquer tentativa de importar modelos estrangeiros sem considerar as condições locais. Hoje, mais de 94 milhões de brasileiros, cerca de 44% da população, dependem diretamente de programas assistencialistas. O custo anual dessas políticas supera R\$ 500 bilhões. Esse valor não surge do nada: ele é financiado por impostos, dívida pública e, em última instância, inflação.

Em termos matemáticos simples, trata-se de uma transferência maciça de renda de uma parcela produtiva cada vez menor da sociedade para uma parcela crescente que vive, total ou parcialmente, do Estado. Se considerarmos que a população ocupada no Brasil gira em torno de 100 milhões de pessoas, temos uma relação aproximada de um trabalhador ativo para cada beneficiário direto de programas sociais. Quando se excluem crianças, idosos e trabalhadores informais de baixa renda que também recebem benefícios, essa relação se torna ainda mais desfavorável. Em outras palavras, um contingente cada vez menor de contribuintes é chamado a sustentar um contingente cada vez maior de dependentes do Estado.

A proposta de reduzir a jornada de trabalho sem redução salarial agrava esse desequilíbrio. Salário é remuneração por unidade de produtividade. Se um trabalhador produz X em 44 horas semanais e passa a produzir o mesmo X em 36 ou 40 horas, o custo por hora trabalhada aumenta automaticamente. Para empresas com margens apertadas, que são a maioria no Brasil, isso significa uma de três alternativas: reduzir contratações, aumentar preços ou fechar as portas. Nenhuma delas beneficia a sociedade no médio e longo prazo.

Quando o Estado gasta mais do que arrecada, ele só tem três opções: aumentar impostos, emitir dívida ou inflacionar a moeda. O aumento de impostos penaliza diretamente quem trabalha e produz, desestimulando investimentos e incentivando a informalidade. A emissão de dívida empurra o problema para o futuro, elevando o custo do serviço da dívida e comprometendo gerações futuras. A inflação, por sua vez, funciona como um imposto oculto que corrói, principalmente, a renda dos mais pobres, justamente aqueles que os programas sociais afirmam proteger. Matematicamente, o modelo assistencialista em expansão enfrenta um limite intrinsecamente insustentável: a base de arrecadação não cresce no mesmo ritmo que as despesas.

A desigualdade só é combatida de forma sustentável quando há aumento de produtividade, educação de qualidade, segurança jurídica e ambiente favorável ao empreendedorismo. Transferências de renda podem aliviar situações emergências, mas, quando se tornam estruturais e permanentes, sem contrapartidas claras, transformam-se em armadilhas sociais e fiscais. O argumento de que países europeus adotam jornadas menores e forte proteção social ignora um detalhe crucial: esses países enriqueceram antes de distribuir. Construíram Estados de bem-estar após décadas ou séculos de acumulação de capital, industrialização e ganhos expressivos de produtividade.

Tentar inverter essa ordem é como querer repartir um bolo que ainda não foi assado. O Brasil, ao contrário, parece insistir em um modelo que penaliza sistematicamente quem produz e recompensa a dependência do Estado. A matemática não perdoa. Nenhuma sociedade prospera de forma duradoura quando mais da metade de sua população depende direta ou indiretamente do trabalho da outra metade, especialmente quando essa metade produtiva é sobrecarregada por impostos, burocracia e insegurança jurídica.

A verdadeira política social responsável não é aquela que promete benesses infinitas, mas a que cria condições para que menos pessoas precisem delas. Isso exige coragem para dizer o óbvio: não existe almoço grátis, não existe prosperidade sem trabalho, e não existe justiça social duradoura sem uma economia saudável. Ignorar essa equação é empurrar o país, lentamente, para o despenhadeiro junto com toda a nação.

» A frase que foi pronunciada

“A escala 6x1 é a mais cruel existente na face da Terra, em especial para as mulheres. E creio que o Brasil e a economia brasileira estão totalmente maduros para fazer a revisão da jornada máxima do país e, junto com isso, eliminar a escala 6x1”

Luiz Marinho, ministro do Trabalho e Emprego

» História de Brasília

Os Institutos de Previdência não estão acompanhando a espiral da inflação. O financiamento de casas para trabalhadores ainda é da ordem de 800 mil cruzeiros, quando uma casa popular quase sempre custa mais de um milhão. (Publicado em 13/5/1962)